APRESENTAÇÃO

A idéia de que o desempenho do mercado de trabalho neste início de 2004 está sendo bastante insatisfatório, embora seja hoje quase um lugar-comum, não é compartilhada por este boletim, que faz, após uma leitura menos apressada dos dados, uma análise distinta.

O crescimento do nível de ocupação em março, seja ele medido pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, pelo Caged do MTE, ou pelas entidades empresariais (CNI, Fiesp), sinaliza, segundo a análise feita, o início da recuperação da demanda por mão-de-obra. Da mesma forma, o crescimento dos rendimentos médios nominais ao longo de todo o primeiro trimestre é um indicador da recuperação em curso, devendo a massa salarial apresentar, já com os dados de abril, um aumento em termos reais sobre o nível observado em abril de 2003. A taxa de desemprego tende, porém, a permanecer em um patamar elevado até o final do terceiro trimestre, em decorrência do maior afluxo de pessoas ao mercado de trabalho, tradicional nessa época do ano. Nesse sentido, apenas a continuidade do processo de crescimento da economia será capaz de trazê-la — de uma forma sustentada — para níveis menos preocupantes.

A seção Opinião dos Atores traz um tema de extrema relevância para o futuro das relações capital-trabalho e para a própria democracia social em nosso país: a reforma da legislação sindical. Focalizando os resultados alcançados pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT), o conjunto de depoimentos é aberto com o balanço feito por Osvaldo Bargas, atual secretário das Relações de Trabalho do MTE e coordenador-geral do FNT, ao qual se seguem as visões de Antonio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio e coordenador da bancada dos empregadores no Fórum; de Luiz Marinho, presidente nacional da CUT; e de Claudio Dedecca, professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp.

Em relação às Notas Técnicas, este número traz três, todas elas procurando aprofundar o conhecimento dos dados e indicadores que as diversas pesquisas sobre o mercado de trabalho produzem. Na primeira, Luiz Parreiras, do IPEA, faz uma análise descritiva dos indicadores de ocupação e da taxa de desemprego da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Seade-Dieese, contrastando sua evolução recente com os indicadores equivalentes na PME do IBGE. Na segunda nota, Maurício Reis, do Departamento de Economia da PUC-Rio, apresenta um estudo estatístico sobre as alterações havidas nas relações entre a PED e a PME, considerando a grande mudança que houve nesta última. Finalmente, Luis Henrique Paiva, do Ministério da Previdência Social, investiga a evolução da informalidade, mostrando que no Brasil como um todo, segundo a PNAD, o fenômeno não aconteceu da forma como os dados sobre as regiões metropolitanas dão a entender.

Com esse resultado, a Nota Técnica de Luis Henrique Paiva faz uma ponte com a seção Opinião dos Atores, uma vez que o próximo desafio do FNT será a reforma da legislação trabalhista. Como o crescimento da informalidade tem sido muito utilizado como argumento para respaldar propostas de redução de direitos trabalhistas, é importante que se aprofunde a discussão a respeito dos números que estão a sustentar as diversas teses em disputa.